

OCDE denuncia

FALTA UMA POLÍTICA FAMILIAR ADEQUADA

A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) congratulou-se fortemente com o relatório entregue pela OCDE no dia 28 de Outubro, em que critica a ausência de “uma adequada política familiar em Portugal”.

Para a APFN, esta posição está “totalmente em linha com o que a Associação tem vindo a reclamar desde a sua criação, há pouco mais de cinco anos, e que é a causa dos desastrosos indicadores familiares: redução do número de casamentos, disparo de divórcios, redução da natalidade e aumento de nascimentos fora do casamento, com consequente aumento do número de ‘órfãos de pais vivos’ e, como tal, do crescente aumento do comportamento desviante e de risco infantil e juvenil”.

A OCDE recomenda que Portugal invista em mais e melhores cuidados para as crianças, durante e após o período escolar. O relatório defende que o Governo subsidie directamente os pais, para escolherem a melhor opção para os filhos, em vez de apoiar as instituições. A APFN relembra, por este motivo, as medidas que tem vindo a defender, que se encontram resumidas no documento “Apostar na família, construir o futuro”, da sua autoria.

Nestas propostas, destacam-se como medidas a ser



levadas a cabo a actualização “do abono de família de acordo com o mesmo critério que foi utilizado na actualização das propinas das universidades” e “permitir que os casais possam deduzir as despesas com os filhos, conforme previsto na Constituição, sem que, para isso, sejam obrigados a separarem-se judicialmente ou divorciarem-se”.

A APFN espera que o presente relatório da OCDE “estime de vez o Governo português a anular totalmente a política antifamília e antinatalidade que Portugal tem vindo a seguir nas três últimas dezenas de anos, com os péssimos resultados que se tornaram bem visíveis a partir de 1982”.